

TV do Congresso: irregularidades no ar

16 MAI 1990

O GLOBO

BRASÍLIA — O Líder do PDS, Deputado Amaral Neto (RJ), denunciou ontem uma série de irregularidades na aprovação do projeto que cria um programa de TV para o Congresso Nacional e pediu à Presidência da Casa que realize uma nova sessão para discutir o assunto. O projeto foi aprovado há cinco dias, por voto simbólico dos parlamentares.

O Deputado Amaral Neto afirmou que a Mesa não comunicou às lideranças a realização de uma sessão extraordinária na última quinta-feira pela manhã. Em segundo lugar, não havia um acordo de lideranças para aprovar o projeto como estava.

O requerimento de Amaral Neto foi feito com base nos pronunciamentos dos Deputados Érico Pegoraro (PFL-RS) e Guilherme Afif Domingos (SP), Líder do PL. Na sessão de ontem, os dois parlamentares reclamaram do procedimento da Mesa em relação ao projeto. Segundo o Deputado Guilherme Afif Domingos, não havia um acordo para votar o projeto como estava, mas sim para analisar a matéria ao final da sessão normal de ontem, depois da votação de projetos como o Conselho da República, o Estatuto da Criança e outras matérias incluídas na lista de prioridades da Câmara dos Deputados.

Érico Pegoraro afirmou que a orientação do PFL era pedir o adiamento da votação por duas sessões, mas o parecer lido em plenário pelo Deputado Nilson Gibson não seguiu

a determinação do partido.

Pegoraro foi o único parlamentar presente à sessão que declarou o voto contra a aprovação do projeto. Os demais acompanharam a votação simbólica que aprovou a proposta.

O requerimento dos parlamentares irritou o Vice-Presidente da Câmara, Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), um dos maiores defensores do programa de TV. Ele recusou a proposta de Amaral Neto.

O Secretário Geral da Mesa, Hélio Dutra, afirmou que não houve registro de presença dos parlamentares na sessão. Só houve uma lista de chamada nas portarias do Congresso, "como é tradição nos dias de sessões extraordinárias".

Com a decisão de Inocêncio Oliveira, a única forma que os parlamentares terão para reformular o projeto será durante o processo de discussão do texto no Senado. Amaral Neto vai entrar em contato com as lideranças partidárias do Senado para tentar alterar a proposta.

Um dos argumentos que utilizará é o ano eleitoral. Segundo ele, já há um projeto na Assembléia Legislativa do Estado do Rio para criação de um programa sobre as atividades dos Deputados Estaduais:

— Isso vai virar bagunça. Daqui a pouco é o Executivo, o Judiciário, todas as assembléias legislativas e Câmaras Municipais. Vai acabar a atividade parlamentar. Todos só vão querer aparecer na TV — afirmou.